

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE – FANESE**

**FLÁVIA MOTA OLIVEIRA
JOÃO ANDRADE DANTAS**

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Aracaju
Março de 2008**

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE – FANESE**

**FLÁVIA MOTA OLIVEIRA
JOÃO ANDRADE DANTAS**

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Relatório apresentado como
um dos pré - requisitos para
obtenção do grau de Pós-
Graduação no Curso de
especialização em Auditoria
Governamental e
Contabilidade Pública.**

**ORIENTADOR:
INALDO ARAÚJO**

**Aracaju
Março de 2008**

***Há três coisas que nunca voltam
atrás:
a flecha lançada,
a palavra pronunciada,
e a oportunidade perdida.***

Provérbio chinês.

*Dedicamos esta obra aos nossos pais,
irmãos, sobrinhos, familiares, amigos e
todos aqueles que contribuíram de forma
direta ou indireta para a realização
desse trabalho.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

A Deus por ter nos concedido o dom da vida.

Aos nossos pais, os melhores pais do mundo, que nos dão tanto amor e carinho.

Aos nossos irmãos, companheiros de todas as horas.

Ao nosso orientador, Inaldo Araújo, por ter transmitido toda sabedoria e contribuído assim para a realização deste trabalho.

Aos funcionários, por terem desempenhado suas funções com dignidade.

A Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - Fanese, por poder proporcionar toda infra-estrutura para que este sonho tornasse realidade.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	01
1. ESPÉCIES DE CONTROLES	03
2. CONTROLE INTERNO	03
2.1 Definições	04
2.2 Objetivos	05
2.2.1 Objetivo Geral	05
2.2.2 Objetivos Específicos	05
2.3 Finalidade	06
2.4 Atividades	06
2.5 Exigência e Fundamentação Legal	08
3. IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	13
4. AREAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	15
4.1 Atividades básicas por área de atuação	16
4.1.1 Plano Plurianual (PPA)	16
4.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	17
4.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)	17
4.1.4 Tesouraria	17
4.1.5 Patrimônio	20
4.1.6 Almoxarifado	21
4.1.7 Transportes	22

4.1.8 Licitações, Contratos, Convênios e Acordos	23
4.1.9 Pessoal	24
4.1.10 Educação e Fundef	25
4.1.11 Saúde	26
5. SISTEMA CONTABIL UMA FERRAMENTA DE CONTROLE INTERNO	27
6. AUDITORIA INTERNA X CONTROLE INTERNO	27
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	30
ANEXOS	31

RESUMO

O tema em pauta trata do Controle Interno na Administração Pública Municipal, tema antigo, mas que só veio a ser exigido e cobrado após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre os principais pontos abordados sobre o controle interno no âmbito da administração pública municipal e aqui faremos referencia aos municípios sergipanos, sobre os quais detemos algum conhecimento, destacamos os objetivos, finalidades e atividades, a exigência e sua fundamentação legal, as formas de implantação, as principais áreas de atuação e os principais pontos a serem verificados junto a cada uma destas áreas, o sistema contábil como ferramenta do controle interno, a semelhança e a distinção entre a auditoria interna e o efetivo controle interno.

Procuramos demonstrar a forma correta e eficiente para a implantação e funcionamento do Controle Interno do ponto de vista legal, para que os administradores entendam a necessidade e os resultados positivos ao se implantar este controle, sugerindo ainda as ações básicas a serem desenvolvidas pelos servidores que integram o controle interno.

Ao abordar estes pontos que consideramos principais em qualquer sistema de controle interno, tentamos demonstrar a sua importância não só, junto à própria administração, mas principalmente junto à sociedade.

INTRODUÇÃO

Com o auxílio dos Assistentes de Controle Externo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no desenvolvimento das suas atividades, nos deparamos, principalmente durante a realização de inspeções “*in loco*” nos municípios sergipanos, constantemente com erros e desvios decorrentes da falta de controles.

Uma das formas de corrigir estes erros e evitar os desvios que ocorrem por falta de controle é a implantação de um Sistema de Controle Interno eficiente e que tem por um de seus objetivos balizar os trabalhos do Controle Externo, motivo pelo qual resolvemos aprofundar nossos estudos e direcioná-los para o controle interno na administração pública municipal, de forma que possa ter subsídios suficientes para avaliar os resultados encontrados pelo mesmo.

Os municípios possuem sua autonomia assegurada no art. 18 da Constituição Federal bem como no art 12 da Constituição Estadual, podendo dispor sobre sua melhor performance administrativa, não podendo qualquer outro ente interferir ou opinar sobre sua estrutura funcional. No entanto o administrador público municipal não pode desviar-se dos princípios disciplinadores da administração pública federal:

- Legalidade;
- Impessoalidade;
- Moralidade;
- Publicidade; e
- Eficiência.

e ainda da administração pública estadual que além dos já anteriormente citados contempla ainda a:

- Transparência; e a
- Razoabilidade.

A administração pública municipal é dotada de várias espécies de poderes administrativos, como por exemplo o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder disciplinar, o poder regulamentar, o poder de polícia dentre outros, que exercem um papel importante na organização e funcionamento da máquina administrativa.

A organização e as formas de funcionamento da administração pública municipal ajudam nas diversas atividades que são desenvolvidas rotineiramente pela administração, com o objetivo principal de atender as necessidades coletivas de sua população, obedecendo as normas legais cabíveis e aos princípios da administração pública.

As rotinas desenvolvidas pela administração envolvem um alto número de processos de despesas e receitas as quais obedecem a um complexo sistema de normas e imposições de caráter legal, que se não obedecidas submete os atos praticados a serem considerados ilegais e sujeitos a sua anulação e glosa dos recursos públicos que são aplicados pelo ordenador da despesa.

Dentre as normas a serem estabelecidas e obedecidas pela administração pública municipal, estão o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA constante do texto Constitucional em seu artigo 165, os princípios e regras contábeis, a Lei 3.420/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal, a Lei 8.666/93 que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Lei Complementar 101/2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal dentre outras.

Diante deste complexo sistema administrativo se faz necessário que o administrador público exerça um **CONTROLE** íntegro dos atos por ele praticados, instituindo mecanismos de controles que abranjam todas as suas atividades e

agentes e que lhe retornem informações seguras do que ocorreu na administração a fim de poder avaliar o seu desempenho e permitir tomadas de decisões corretivas das possíveis falhas detectadas.

1 - ESPÉCIES DE CONTROLES

As Constituições Federal e Estadual fazem referência a dois sistemas de controle distintos:

- 1) O controle Externo exercido pelo Poder Legislativo através do Tribunal de Contas;
- 2) Controle Interno que será exercido no âmbito de cada um dos três poderes.

Em decorrência das atuais normas constitucionais deverá ser organizado um sistema de Controle Interno em cada poder constituído. Isto significa que, no âmbito da Administração Pública Municipal, tanto o Poder Legislativo representado pela Câmara de Vereadores quanto o Poder Executivo representado pela Prefeitura Municipal deverão instituir o seu próprio Sistema de Controle Interno.

2 - CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno na Administração Pública tem sua origem na Constituição Federal de 1988, apesar de já estar previsto na Lei 4.320/64, e seus trabalhos devem servir de apoio aos trabalhos de fiscalização a serem desenvolvidos pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, onde estes existirem, órgãos responsáveis pelo controle externo, sendo fundamental ao efetivo controle dos gastos públicos.

A estruturação do Sistema de Controle Interno, além de constituir-se em obrigatoriedade para as administrações municipais prevista na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, é fundamental para que a administração pública cumpra seus objetivos e para que os administradores públicos possam desempenhar eficazmente suas responsabilidades perante a sociedade, auxiliando-

os diretamente como controle imediato na avaliação do cumprimento do Orçamento e do Plano Plurianual e demais metas estabelecidas, na comprovação da legalidade, moralidade e razoabilidade das despesas, na avaliação dos resultados e no controle patrimonial.

2.1- Definições

Segundo o Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins, Brasília, Editora Prisma:

“Controle é o conjunto de técnicas, procedimentos, e comportamentos através dos quais os processos, empreendimentos, programas e organizações são mantidos direcionados para seus fins e objetivos.”

Controle interno é, antes de tudo, o plano da organização e todos os recursos disponíveis e necessários, métodos e processos adotados pela própria administração, com a finalidade de comprovar a veracidade de fatos, impedir erros, fraudes e a sua própria ineficiência a fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade dos registros contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Sistema de Controle Interno - conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno indicados na Constituição Federal e demais mandamentos legais e estabelecidos em cada esfera de governo.

O sistema de controle interno na administração pública municipal, diante da globalização e do aumento das necessidades coletivas de qualquer sociedade não pode mais se limitar aos campos de atuação já tradicionalmente existentes, quais sejam o financeiro e o administrativo, mas deve expandir-se principalmente no campo gerencial, trazendo consigo um conceito mais amplo de controle de gestão. Tornando-se um sistema total e integrado de controles gerenciais, financeiros, administrativos e operacionais, que abrange toda a estrutura organizacional, mais os métodos e procedimentos coordenados, adotados pela administração, visando

atingir o cumprimento de metas e objetivos programados.

2.2- Objetivos

2.2.1- Objetivos Gerais

- a) Evitar e detectar fraudes, erros e desvios ou situações de desperdícios, práticas abusivas, antieconômicas ou corruptas e outros atos de caráter ilícito;
- b) Promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e efetivas e a qualidade dos serviços de acordo com os objetivos da organização;
- c) Assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da organização;
- d) Salvaguardar o Patrimônio;
- e) Assegurar a exatidão, confiabilidade, a integridade e oportunidade dos dados contábeis, bem como dos relatórios financeiros e de gestão.

2.2.2- Objetivos Específicos

- a) Validade dos registros: prevenir-se quanto à possibilidade de transações não válidas serem incluídas nos registros;
- b) Abrangência dos registros: prevenir-se quanto à possibilidade de transações válidas não serem registradas;
- c) Autorizações legais: prevenir-se quanto a ocorrência de transações impróprias resultando em perdas, desperdícios ou mal uso de ativos ou em contrair passivos desnecessários, observando ainda se todas as transações são devidamente autorizadas;
- d) Valorização: prevenir-se quanto à possibilidade de haver transações, embora registradas, contabilizadas por valor incorreto;
- e) Classificação: prevenir-se quanto ao registro de operações classificadas incorretamente;
- f) Tempestividade: prevenir-se para que as transações sejam prontamente registradas;
- g) Lançamentos e totais: verificar se as somas algébricas são exatas.

2.3- Finalidades

O texto constitucional de 1988 em seu art. 74 conjugada com a Lei Complementar 101/2000 em seu art. 59, deixam claramente estabelecidas quais as finalidades do Sistema de Controle Interno de cada poder:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

Aplicado especificamente ao Estado de Sergipe, o Tribunal de Contas do Estado, com base na Constituição Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal reescreve o texto constitucional, no que tange as finalidades e ainda, através da Resolução 206 de 1º de novembro de 2001.

2.4 – Atividades

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Sistema de Controle Interno na Administração Pública Municipal, estão previstas na já citada Resolução 206/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no artigo segundo, parágrafo único e incisos e em seu artigo terceiro e incisos:

“Art. 2º ...

§ Único - No apoio ao Controle Externo, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por meio dos órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer ainda as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas, programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer previstos no art. 31, III, da Lei Complementar Estadual nº 04/90;

III - determinar à autoridade administrativa competente que instaure tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas no art. 30, “**caput**”, da lei a que se refere o item anterior.

Art. 3º O sistema de controle interno dará apoio ao Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, na fiscalização do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000, especialmente no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos “limites”;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da lei complementar federal citada;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.”

2.5 - Exigência e Fundamentação Legal

Não obstante a própria vontade do administrador público municipal em querer tomar conhecimento da real situação e atuação de sua administração para prestação de contas junto à sociedade, há muito se percebe a necessidade de se ter controle sobre a execução de atos praticados em nome do ente público. Diante desta necessidade primária não poderia eximir-se o direito público de regulamentar estas formas de controle, criando leis que exigem a criação e implantação de sistemas de controles e dão respaldo legal aos atos lícitos praticados em seu nome.

Voltando-se especificamente para a questão do controle interno encontramos estas regulamentações espalhadas pelo tempo e por diversas leis, pois, desde 1964, com o advento da lei 4.320, já se previa a existência do controle interno em todas as esferas de governo.

A seguir mostraremos os textos legais de maior relevância que encontram-se em vigor:

1º) Lei 4.320/64

“Art. 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Art. 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Art. 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo Único. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidos para cada atividade.

Art. 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.”

De acordo com o que descreve a referida lei, percebe-se logo em seu artigo 76 que o controle a que se faz referencia, é o Controle Interno, deixando bem claro que não haverá prejuízo das atribuições dos Tribunais de Contas ou órgãos equivalentes. Vale lembrar que esta lei estabelece normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, **dos Municípios** e do Distrito Federal.

2º) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos **sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal**, na forma da lei. **(Grifo nosso)**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a

execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.”

A Constituição Federal vem através deste dispositivo efetivar a obrigatoriedade da criação dos sistemas de controle interno no âmbito municipal, devendo sua regulamentação dar-se na forma da lei. A partir deste momento inicia-se marco principal para o desenvolvimento de dispositivos legais que normatizem quais as atribuições, atividades e formas de aplicação do controle interno na administração pública municipal.

3º) Constituição do Estado de Sergipe de 1989

“Art. 19. A fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receita, será exercida diretamente pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, na forma prevista pela lei orgânica.

Art. 67. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de todas as entidades da Administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, assim como a aplicação das subvenções e renúncias de receitas serão

exercidas pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.

Art. 72. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos e programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, e dos direitos e obrigações do Estado;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno darão ciência ao chefe do Poder a que estiverem subordinados, e este ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tiverem conhecimento.”

O texto da Constituição Estadual, transcreve exatamente o que já prevê a Constituição Federal, apenas direcionando sua aplicabilidade para dentro dos limites estaduais.

4º) Lei Complementar Estadual nº 04 de 1990

Trata-se da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que em seus artigos 67, 68 e 69, reproduz o texto já enfatizado pela Constituição Estadual.

5º) Lei Complementar nº 101 de 2000

“Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- I. Chefe do Poder Executivo;
- II. Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
- III. Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
- IV. Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I. atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II. limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III. medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV. providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

- V. destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI. cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.”

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF veio regulamentar a previsão constitucional dos Sistemas de Controle Interno, colocando-o de forma essencial para a fiscalização e cumprimento do disposto nesta Lei.

6º) Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe nº 206 de 2001

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe veio através desta Resolução, dispor sobre a implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos dos artigos supra mencionados determinando que os Poderes do Estado e dos Municípios que até a data de edição desta Resolução não tivessem criados os seus Sistemas de Controle Interno deveriam fazê-lo até 31 de Dezembro de 2001.

3 -IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA ADM. PÚBLICA MUNICIPAL

Os dispositivos legais que obrigam os entes públicos a manterem, no âmbito de suas respectivas administrações, o órgão de controle interno, não definem a forma de implantação do mesmo, deixando esta regulamentação a cargo de cada administração.

Em nível de administração pública municipal tanto o poder executivo quanto o legislativo terão o seu órgão próprio de Controle Interno que poderá ser definido na Lei Orgânica do Município.

Atualmente, nos municípios do Estado de Sergipe, verifica-se a existência de alguns municípios onde ainda não foram implantados o Sistema de Controle Interno, apenas foram criados no papel em obediência a Resolução 206/2001, e nos que já

foram criados ocorreram de duas formas:

- a) Através da criação, por lei de iniciativa do Poder Executivo com a aprovação da Câmara de Vereadores, de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, os quais foram criados em nível de secretaria municipal;
- b) Através da contratação de firma ou profissional autônomo, sem qualquer vínculo efetivo com a municipalidade.

Em ambos os casos os ocupantes não têm liberdade de ação nem tampouco autonomia hierárquica para emitir opiniões e normas de controle visto que podem ser exonerados ou ter seu contrato rescindido a qualquer momento por ato unilateral da administração comprometendo desta forma as ações e medidas necessárias para o bom desempenho das atividades do Órgão de Controle Interno.

Do nosso ponto de vista, para que o Controle Interno tenha a autonomia necessária para o desenvolvimento de suas atividades, se faz necessário que a administração ao criar, através de lei, o órgão de controle interno e toda a sua estrutura, incluindo-o na estrutura organizacional da administração o faça de forma que:

- 1- O mesmo esteja hierarquicamente em um nível superior aos das demais secretarias municipais;
- 2- Esteja ligado diretamente ao gabinete do prefeito no Poder Executivo e ao Presidente da Câmara no caso do Poder Legislativo;
- 3- Seja composto, em sua estrutura, de no mínimo 03 (três) cargos;
- 4- Que o ingresso nos mesmos se dê através de concurso público de nível superior em Ciências Contábeis;
- 5- Seja comprovada a regularidade dos aprovados junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

O motivo pelo qual defendemos que os cargos criados para o Controle Interno sejam ocupados exclusivamente por profissional da área contábil devidamente habilitado e capacitado não é apenas por conveniência, mas sim com base nas

atividades a serem desenvolvidas no efetivo exercício do Controle Interno que são exclusivas do Contador como se pode verificar junto a Resolução 206/2001 do Tribunal de Contas, quais sejam:

- a) programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- b) realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer previstos no art. 31, III, da Lei Complementar Estadual nº 04/90;

Há ainda uma outra forma de implantação para os municípios que possuem um sistema de contabilidade próprio efetuado por servidores efetivos. Neste modelo de implantação do Sistema de Controle Interno seria nomeada uma comissão formada por funcionários chaves da administração, dentre eles fariam parte da comissão:

- a) Chefe da Contabilidade como presidente da comissão;
- b) Presidente da Câmara de Vereadores;
- c) Secretários Municipais, dentre os quais estariam obrigatoriamente o Secretário de Finanças do Município e os Secretários de Educação e Saúde que são os responsáveis pela maioria dos recursos próprios e vinculados da administração;
- d) Assessor Jurídico ou Procurador do Município;
- e) Responsáveis pelos setores de patrimônio e almoxarifado.

Neste modelo não haveria ônus com a criação de cargos específicos para o órgão de controle interno e conseqüente aumento de despesas.

4 – ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Não podemos ver o Sistema de Controle Interno de modo limitado, mas sim

de uma forma mais ampla onde envolve não somente o controle financeiro dos gastos mas todo o universo em que a administração pública atua para o alcance de seus objetivos.

Desta forma devemos encarar o Controle Interno como um Órgão de controle e gerenciamento de informações para a administração. É com base nesta visão ampla que definimos as áreas de atuação do referido controle, sendo elas:

- ✓ PLANO PLURIANUAL;
- ✓ LDO;
- ✓ LOA;
- ✓ TESOURARIA;
- ✓ PATRIMÔNIO;
- ✓ ALMOXARIFADO;
- ✓ TRANSPORTES;
- ✓ LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS E ACORDOS;
- ✓ PESSOAL;
- ✓ EDUCAÇÃO e FUNDEF;
- ✓ SAÚDE

4.1 – ATIVIDADES BÁSICAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

O controle interno desenvolverá atividades específicas para cada uma das áreas sob o seu controle. Aqui apenas norteamos os principais pontos que devem ser vistos pelo referido controle, devendo ser os mesmos modificados e adequados de acordo com a estrutura administrativa de cada município.

4.1.1 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

Verificar se o PPA foi elaborado no primeiro ano do mandato do executivo, bem como se foi encaminhado ao Legislativo de acordo com os prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e ainda verificar se existe investimento que demande mais de um ano de execução, sem que esteja previsto no plano ou em lei que neste permita a sua inclusão.

4.1.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Verificar se a LDO está sendo elaborada anualmente e encaminhada ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos pela legislação vigente e se dispõe sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

4.1.3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Na LOA deve-se verificar se as dotações para investimentos, com duração superior a um exercício financeiro, estão previstas no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão e se há inclusão de novos projetos sem que estejam adequadamente atendidos os já em andamento e se estão contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a LDO e ainda verificar a existência de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;

4.1.4 - TESOURARIA

As atividades do Sistema de Controle Interno na Tesouraria têm como objetivo principal verificar se as formas de arrecadação e pagamento obedecem à legislação em vigor e se estão sendo efetuados dentro da margem de segurança prevista, devendo todos os procedimentos serem revisados periodicamente e o seu acompanhamento deve ocorrer rotineiramente com a aplicação de testes surpresas para assegurar a veracidade das informações registradas pela mesma e ainda:

- ✓ Elaborar normas, instruções de serviço que disponham sobre o funcionamento e os procedimentos da tesouraria;
- ✓ Proporcionar instalações com condições adequadas de segurança;
- ✓ Verificar se existem cheques de agentes públicos ou de terceiros, sem procedência em operações da receita (Vales e/ou empréstimos);
- ✓ Verificar se existe controle analítico das contas bancárias com elaboração do Boletim de Tesouraria e conciliações (Contabilidade);
- ✓ Verificar se as disponibilidades de Caixa encontram-se depositadas em

instituições financeiras oficiais;

- ✓ Verificar se os pagamentos efetuados a terceiros são realizados através de cheques nominais;
- ✓ Verificar se os cheques recebidos de terceiros são imediatamente cruzados e endossados ao órgão;
- ✓ Verificar se o tesoureiro carimba ou autentica, mecanicamente, a documentação relativa a pagamento e/ou recebimento;
- ✓ Verificar se a documentação comprobatória de despesa e receita acompanha a via do Boletim de Tesouraria destinada à contabilidade;
- ✓ Verificar se os cheques são emitidos com cópia;
- ✓ Verificar a existência e escrituração de Livros de Registros com regular observância das formalidades (Contas Correntes e Caixa).

No tocante a ARRECADAÇÃO o Controle Interno deverá:

- ✓ Estabelecer normas, instruções de serviço que disponha sobre o funcionamento e os procedimentos administrativos do sistema de arrecadação;
- ✓ Verificar se a classificação da receita guarda conformidade com o orçamento, bem como da Lei Federal nº 4.320/64;
- ✓ Verificar se existem casos de estorno de receita, e examinar sua exatidão;
- ✓ Verificar a documentação que deu suporte aos lançamentos nas contas de receita;
- ✓ Verificar se os documentos de arrecadação são tipograficamente numerados, possibilitando o controle cronológico e seqüencial de sua emissão;
- ✓ Verificar se a administração fornece ao contribuinte uma via da guia de arrecadação;
- ✓ Verificar se as guias de arrecadação identificam o nome de quem paga e contêm a soma arrecadada, a origem e classificação da receita, bem como a data e assinatura/rubrica do agente responsável pelo recebimento;
- ✓ Verificar se as hipóteses de isenção ou cancelamento de tributos estão amparadas na legislação;
- ✓ Verificar se a atualização monetária, as multas e os juros de mora, aplicáveis aos tributos e demais receitas próprias recolhidos com atraso, são calculados

e cobrados pela tesouraria e, se estão em conformidade com os índices e/ou critérios estabelecidos na legislação;

- ✓ Verificar se existiu arrecadação fora do prazo regulamentar, com dispensa da cobrança de atualização monetária, multa e juros de mora legalmente devidos;
- ✓ Verificar se a receita creditada nos extratos bancários está devidamente contabilizada e se confere com os valores indicados nos documentos e relatórios dos setores de arrecadação da Tesouraria.

Em relação à EXECUÇÃO DA DESPESA o Controle Interno deverá:

- ✓ Verificar se a despesa foi previamente empenhada;
- ✓ Verificar se o credor da nota de empenho é o mesmo da documentação de despesa, e se está o seu valor, bem como a dedução do saldo orçamentário;
- ✓ Verificar se, nos recibos, o credor está devidamente qualificado (nome, cédula de identidade, endereço, etc);
- ✓ Verificar se a despesa foi devidamente liquidada;
- ✓ Verificar se a nota fiscal está em nome do órgão;
- ✓ Verificar se contém, no Atestado de Recebimento do material/serviço, assinatura do responsável;
- ✓ Verificar se os pagamentos foram devidamente autorizados pela autoridade competente;
- ✓ Elaborar requisições de compras/serviços em formulários padronizados, numerados tipograficamente e aprovados pela autoridade competente;
- ✓ Verificar e quantificar despesas impróprias, isto é, aquelas que não condizem com as finalidades e os objetivos do órgão;
- ✓ Verificar se o órgão/entidade está efetuando o recolhimento dos encargos sociais;
- ✓ Verificar se a nota de empenho está devidamente assinada pelo ordenador de despesa;
- ✓ Verificar se, nos auxílios a pessoas carentes, consta: solicitação por pessoa carente para o objeto da despesa, nome, endereço, cópia do documento de identificação, discriminação do bem doado, assim como, a depender do caso, receita médica, atestado de óbito e outros que se julguem necessários.

4.1.5- PATRIMÔNIO

Dentre as atividades a serem desenvolvidas junto ao Setor de Patrimônio, destacamos as seguintes:

- ✓ Elaborar normas ou instruções de serviço, orientando, os servidores, quanto à correta administração, controle e movimentação dos bens permanentes;
- ✓ Verificar se os serviços atinentes ao controle de bens permanentes vêm sendo regularmente executados pelo setor ou servidor designado para realizá-los, notadamente as atividades de identificação, movimentação, localização e carga;
- ✓ Verificar se vem sendo elaborado, anualmente, o inventário físico-financeiro dos bens móveis e imóveis (art. 96 da Lei Federal Nº 4.320/64);
- ✓ Verificar se este trabalho é realizado por comissão de servidores efetivos, designada pelo Ordenador da Despesa;
- ✓ Verificar as providências adotadas pela administração, com vistas a apurar divergências entre os registros e a existência física dos bens;
- ✓ Verificar se a Prefeitura mantém registros individualizados dos bens imóveis (art. 94 Lei nº 4320/64 - Resolução nº 160/92);
- ✓ Verificar se os registros dos bens incorporados (aquisição ou doação) ao patrimônio trazem, no mínimo, dados referentes à descrição do bem, nº patrimonial, documentação, valor e localização;
- ✓ Verificar se os termos de responsabilidade dos bens encontram-se devidamente atualizados e se contêm, no mínimo, os seguintes elementos: descrição do material, código de tombamento, local de lotação e declaração firmada pelo servidor responsável pela guarda dos bens;
- ✓ Verificar se a movimentação dos bens entre os diversos setores da administração é realizada mediante emissão de guia de transferência;
- ✓ Verificar se os bens são classificados no elemento de despesa adequado e objeto de tombamento (art. 15, § 2º, da Lei Federal Nº 4.320/64).
- ✓ Verificar se os bens imóveis encontram-se devidamente registrados, sintética e analiticamente, junto ao Registro de Imóveis e na contabilidade (arts. 94 e 95 da Lei 4.320/64);

- ✓ Verificar se existem imóveis alugados/cedidos a terceiros, observando se houve a devida autorização legal e contrato/convênio entre as partes, atentando-se para a razoabilidade do preço e condições de locação;
- ✓ Criar mecanismos de controle que possibilitem a responsabilização de terceiros por eventuais danos causados aos imóveis.

4.1.6 – ALMOXARIFADO

Deverá o Controle Interno junto ao Almoхарifado:

- ✓ Estabelecer normas, ordens de serviço, orientando quanto à correta administração, controle e movimentação dos materiais guardados no almoxarifado de acordo com a Resolução TC-160/92;
- ✓ Verificar se o responsável pelo almoxarifado foi devidamente designado;
- ✓ Verificar se a circulação de pessoas, no recinto do almoxarifado, está restrita aos servidores nele lotados;
- ✓ Verificar se todos os materiais adquiridos transitam pelo almoxarifado;
- ✓ Verificar se os controles referentes à movimentação de entrada e saída são satisfatórios e efetuados diariamente;
- ✓ Verificar se é norma habitual do encarregado do almoxarifado cotejar o material especificado na nota fiscal, com a nota de empenho e com a proposta do fornecedor;
- ✓ Verificar se as requisições são preenchidas sem rasuras, com cópia, autorizadas, numeradas, datadas e se indicam o setor requisitante, a completa discriminação do material e as quantidades solicitadas;
- ✓ Verificar se os materiais e bens estocados são distribuídos aos diversos setores da administração, mediante requisição devidamente assinada por servidor autorizado a fazê-la;
- ✓ Verificar se, periodicamente, são elaborados levantamentos do consumo médio e dos estoques mínimos, com a finalidade de informar ao setor de compras para que providencie a necessária reposição do estoque;
- ✓ Verificar se os saldos registrados no controle de estoque correspondem à real existência do material;
- ✓ Verificar se é elaborado, mensalmente, o demonstrativo físico-financeiro,

evidenciando os estoques inicial, final e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais, ocorridos no mês, com a finalidade de subsidiar a contabilidade;

- ✓ Verificar se são procedidos inventários e lavrados termos de responsabilidade, sempre que aconteça mudança do responsável pelo setor;
- ✓ Verificar se existem materiais obsoletos, inservíveis ou danificados em estoque; caso haja, quais as medidas adotadas;
- ✓ Verificar se existem estoques em grande quantidade e com pouca rotatividade, o que vem a indicar a ocorrência de aquisição excessiva de materiais;
- ✓ Promover levantamentos periódicos, durante o exercício, do estoque existente no almoxarifado, com a finalidade de detectar desvios/impropriedades e assim, salvaguardar o regular emprego dos recursos públicos;
- ✓ Verificar se o inventário anual de materiais contém sua especificação, valor unitário e valor total e, ainda, se esse valor coincide com o saldo registrado na contabilidade;
- ✓ Avaliar as providências adotadas pelo Ordenador, com vistas a apurar as divergências constatadas entre os registros do almoxarifado, contabilidade e o estoque físico;
- ✓ Verificar se os controles físico e financeiro do estoque estão sendo realizados por servidores distintos;
- ✓ Verificar se o atestado de recebimento, nos documentos comprobatórios de despesas, é do responsável pelo almoxarifado;
- ✓ Verificar se os estoques estão sendo avaliados pelo preço médio ponderado das compras (art. 106, inciso III da Lei 4.320/64).

4.1.7 - TRANSPORTES

Junto ao Setor de Transporte o Controle Interno desenvolverá as seguintes atividades:

- ✓ Verificar se o órgão possui controle de entrada e saída de veículos;
- ✓ Verificar se os veículos são mantidos em bom estado de conservação;
- ✓ Verificar se o registro funcional dos condutores de veículos está correto e

atualizado;

- ✓ Verificar se os veículos possuem fichas de manutenção;
- ✓ Verificar se existe controle de guarda e utilização dos veículos, com registro de quilometragem, consumo de combustível, lubrificação e reparo;
- ✓ Verificar se os veículos são recolhidos diariamente à garagem do órgão;
- ✓ Verificar se os veículos estão sendo utilizados exclusivamente em serviço público;
- ✓ Verificar se o licenciamento dos veículos encontra-se em dia;
- ✓ Analisar a adequação da reposição de preços e equipamentos, anotando eventuais abusos;
- ✓ Verificar se o fornecimento de combustível é feito através de requisições e se obedece às normas legais;
- ✓ Verificar se nas fichas de registros dos veículos estão consignadas as quilometragens por ocasião do abastecimento, para controle do consumo;
- ✓ Verificar se a requisição de combustível e a nota fiscal registram a placa e a quilometragem do veículo;
- ✓ Verificar se as notas fiscais ou requisições estão sendo assinadas pelo motorista que recebeu o combustível e/ou lubrificante;
- ✓ Verificar se os controles de combustíveis estão regulares e atualizados;
- ✓ Verificar se é feito controle de consumo e se o mesmo está dentro da média.

4.1.8 – LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS E ACORDOS

O Setor de Licitações, Contratos, Convênios e Acordos é um dos que mais requer a atenção do Controle Interno, pois exige conhecimento profundo da matéria devido a sua complexidade.

A verificação, por parte do Controle Interno, nesses instrumentos administrativos tem como objetivo verificar se os mesmos foram processados corretamente em toda as suas fases, identificando em tempo hábil a existência de imperfeições verificadas nas diversas etapas processuais com o intuito de corrigir falhas porventura detectadas, evitando assim que a Administração Pública venha a sofrer multas ou mesmo ter seus processos anulados, portanto, poupando o Erário Municipal de possíveis prejuízos.

O Controle Interno deverá ainda verificar junto a este Setor se as licitações, contratos, convênios, acordos e ajustes constituem-se em processo próprio, devidamente autuado e protocolado, possuindo ainda registro sistema de controle apropriado, aonde deve ser observado a ordem seqüencial, de conformidade com a data de celebração, e os elementos básicos para fins de identificação.

4.1.9 - PESSOAL

A Administração Pública lida no seu dia a dia com a contratação de pessoal, seja através de concurso público, nomeação em cargos de comissão, pessoal temporário, prestadores de serviços eventuais entre outras. Estas contratações geram, além das despesas próprias com pessoal, encargos sociais e trabalhistas que se não forem devidamente recolhidas poderão gerar um enorme ônus para os cofres municipais através de multas, juros e correções monetárias sobre estes encargos. Por estes motivos deve o Controle Interno Municipal acompanhar, monitorar todos os atos de pessoal realizados pela Administração, desde a contratação até a dispensa, desempenhando as seguintes funções:

- ✓ Proporcionar que unidade administrativa de pessoal, periodicamente, realize levantamentos e estudos sobre o cumprimento da legislação e os procedimentos relacionados à área de pessoal, bem como a despesa daí resultante, com a finalidade de confirmar seu regular processamento;
- ✓ Estabelecer normas, instruções de serviço, dispondo sobre o funcionamento e os procedimentos administrativos inerentes à área de recursos humanos;
- ✓ Verificar se a Prefeitura tem quadro de pessoal regularmente aprovado;
- ✓ Verificar se a remuneração é composta de parcelas regularmente aprovadas por lei;
- ✓ Verificar se a administração expede atos relativamente à situação funcional de seus servidores (nomeação, férias, lotação, promoções, concessão de vantagens, licenças, etc);
- ✓ Verificar se existem servidores em desvio de função, ou seja, desenvolvendo atividades estranhas àquelas legalmente definidas para o cargo que titula ou função gratificada que exerce;

- ✓ Verificar se existiu designação de servidores para o exercício de função gratificada, em número superior à quantidade criada em lei;
- ✓ Verificar se os encargos sociais, com origem na folha de pagamento, vêm sendo corretamente calculados, empenhados nas dotações orçamentárias próprias e pagos nos prazos estabelecidos na legislação vigente;
- ✓ Verificar se a administração implantou e mantém registro diário, confiável, de controle do comparecimento e permanência de servidor no local de serviço;
- ✓ Verificar se existem servidores dispensados de registrar o comparecimento ao local de trabalho, sob os aspectos da legalidade e legitimidade;
- ✓ Verificar se está regulamentado, nas legislações estadual e municipais, o direito à percepção por serviço extraordinário, em valor, no mínimo, superior em 50% à hora normal (art. 7º, inciso XVI, da C.F).
- ✓ Verificar se os dados (desconto por ausência e horas extras) para a confecção da folha de pagamento são extraídos do controle de efetividade pelo setor competente;
- ✓ Verificar se a folha de pagamento sofre conferência por servidor que não participou do processo de sua elaboração;
- ✓ Verificar se todas as vantagens percebidas pelos servidores encontram-se devidamente previstas nas legislações estadual e municipal;
- ✓ Verificar se os gastos com pessoal e encargos sociais estão de acordo com os limites legais;
- ✓ Verificar se o pagamento da folha é efetuado por via bancária;
- ✓ Verificar, a inclusão de servidores admitidos sem concurso;
- ✓ Verificar, os servidores que acumulam irregularmente mais de um cargo público;
- ✓ Verificar a inclusão, na folha, de reajuste e vantagens não autorizadas;
- ✓ Verificar se os órgãos estão efetuando pagamento indevido a pessoas afastadas;
- ✓ Verificar se os cargos em comissão estão de acordo com as exigências previstas no art. 37, inciso V da C.F.

4.1.10 - EDUCAÇÃO E FUNDEF

A Educação Municipal ganhou nova ênfase a partir da criação do FUNDEF

onde novas verbas foram destinadas com propósitos específicos e regulamentação própria. É ainda uma das áreas fundamentais para o desenvolvimento da população e via de consequência do crescimento do Município. Desta forma deve o Controle Interno preocupar-se efetivamente com os gastos com Educação e principalmente:

- ✓ Verificar se estão sendo repassados à conta corrente denominada de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a partir de 01/01/2001, 10% do FPE ou FPM, ICMS, IPI e das Transferências, a título de compensação financeira pela perda decorrente de desoneração das exportações, e 25% dos demais impostos e transferências constitucionais;
- ✓ Averiguar se as despesas classificadas como M.D.E. e FUNDEF enquadram-se nos itens estabelecidos da Resolução 192/2001;
- ✓ Averiguar as demais normas quanto à correta utilização do FUNDEF e do M.D.E. de acordo com a Resolução 192/2001.

4.1.11 - SAÚDE

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000 passou-se a exigir da área da saúde um percentual mínimo de aplicação de recursos.

A partir desta nova norma constitucional o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe editou a Resolução 215 de 03 de Outubro de 2002 que dispõe sobre a aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, no âmbito estadual e municipal.

Diante destas, cabe ao Controle Interno a verificação desta aplicação mínima, para que não sofra o administrador, as penalidades cabíveis, dentre as quais podemos citar a intervenção, devendo:

- ✓ Verificar e testar se os dispositivos adotados para se apurar montante da Base de Cálculo funcionam corretamente;
- ✓ Se os recursos mínimos estão sendo transferidos para a conta própria da saúde;

- ✓ Se os recursos foram aplicados em despesas compatíveis com a área de saúde, conforme estabelece a já citada Resolução;

5 - SISTEMA CONTÁBIL UMA FERRAMENTA DE CONTROLE INTERNO

O papel da contabilidade na administração de uma organização, seja ela pública ou privada, é o de fornecer a esta, as informações sobre o desempenho de seus setores, a fim de que possa verificar se os resultados planejados estão se concretizando.

Desta forma a administração tem no seu sistema contábil o processo gerador das informações que necessita para atingir seus objetivos. Para que isso seja realidade, é necessário que se possua um sistema contábil eficiente e que seja planejado de tal forma que a administração possa ser atendida a tempo e hora para a tomada de decisões.

Esse planejamento contábil, tem por objetivo colocar a contabilidade como um mecanismo do **Sistema de Controle Interno**, cuja meta é a preservação do patrimônio. A informação contábil, nesse contexto, permite à administração: o controle prévio evitando desvios ou incorreções na execução dos programas de governo; o controle concomitante através do acompanhamento da execução dos mesmos e a tomada de decisões para a correção de desvios ou falhas detectadas e por fim o controle subsequente mediante o qual serão feitas as análises e as avaliações de desempenhos da organização e de seus agentes.

6- AUDITORIA INTERNA X CONTROLE INTERNO

Podemos considerar dentro de um sistema de controle interno, que a auditoria interna seja considerado o seu auge dentro de uma divisão deste sistema. No entanto o controle interno esta ligado diretamente ao titular do órgão, pois faz parte das atividades administrativas que ocorrem rotineiramente enquanto que a auditoria não faz parte, necessariamente destas atividades, pois a auditoria interna

governamental deve fiscalizar e avaliar o grau de confiabilidade e controlar a eficiência e a eficácia dos controles internos do órgão ou da entidade auditada, com toda a autonomia que a lei lhe assegurar, contudo, sem com eles se confundir.

Temos contudo que considerar que na esfera municipal, principalmente no nosso Estado, não existe uma estrutura funcional e financeira que permita aos municípios fazer esta separação ou ainda possuir esta auditoria interna, visto que diante da realidade, detectamos a grande dificuldade até mesmo para a implantação do sistema de controle interno.

Desta forma a auditoria interna se confunde e até mesmo passa a ser exercida pelo Sistema de Controle Interno ficando a fiscalização e a avaliação do grau de confiabilidade e controle da eficiência e eficácia do mesmo a cargo da fiscalização externa exercida aqui pelo Tribunal de Contas do Estado.

Contudo registramos aqui, que a auditoria a cargo do Tribunal de Contas do Estado, levará em consideração, a partir do momento em que se detectar a existência destes controles, para determinar o foco, a amplitude e a natureza da auditoria a ser efetuada, o grau de confiabilidade dos controles internos do município.

Assim, se os controles internos do município forem satisfatórios, serão escolhidos procedimentos mínimos. Por outro lado, se os controles internos forem insatisfatórios, precários ou ainda exercidos por pessoas sem a devida capacidade técnica, o trabalho a ser realizado deverá ser o mais amplo possível, com ênfase em todo o processo da execução orçamentária e contábil, principalmente do que diga respeito ao recolhimento das receitas ao erário por parte dos agentes arrecadadores, aos processos licitatórios, ao empenhamento da despesa e ao pagamento da mesma, bem como aos atos de pessoal, as despesas com educação, saúde e demais controles financeiros, contábeis e administrativos citados nas áreas de atuação do controle interno.

CONCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988 cria dispositivos para suprir os anseios da sociedade no tocante ao controle dos recursos públicos. Tal preocupação reverte-se em benefícios diretos para a população que há muito tempo espera que os recursos arrecadados pelos entes públicos sejam utilizados em prol da melhoria da condição de vida das pessoas que compõem esta sociedade e que sejam eles revertidos em saúde, educação, saneamento básico, erradicação do trabalho infantil, redução da marginalidade, maior segurança dentre tantos outros.

O instrumento principal para o fiel cumprimento da norma constitucional e o qual já preconiza a nossa Constituição é o Controle Interno. Controle este, responsável por acompanhar e fiscalizar todos os atos praticados em nome do poder público, para que se possa obter da administração a sua melhor performance em benefício do povo e ainda sobre o qual recai a responsabilidade de apontar as falhas, erros, desvios, etc. respondendo solidariamente com o administrador quando da ocorrência de sua omissão.

Diante dos aspectos e direcionamentos aqui apontados, sempre com base na norma legal que rege a administração pública, concluímos de forma objetiva a importância do Controle Interno junto à administração pública municipal para o efetivo cumprimento das normas instituídas pela Constituição Federal, Leis Complementares e Resoluções emitidas pelos Tribunais de Contas no intuito de promover a melhoria do bem-estar do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994

CASTRO, Flávio Régis Xavier de Moura e (coord.), et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal, Abordagens Pontuais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

FERNÁNDEZ, Jorge Ulisses Jacoby; MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Responsabilidade Fiscal**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática..** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO JR, José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A lei 4.320 comentada**. 31.ed. rev. atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2002/2003.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos: Lei nº 8.666/93**. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. **Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

RESOLUÇÃO 160/92 DE 11 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre o controle do patrimônio móvel e imóvel e sobre a movimentação de materiais nos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

Considerando a inexistência ou precariedade dos métodos de registro e controle dos materiais adquiridos e administrados pela maioria dos órgãos da administração pública estadual municipal, dificultando, desse modo, o trabalho de fiscalização por parte deste Tribunal;

Considerando a necessidade de se uniformizar e padronizar procedimentos internos e contribuir para a melhoria dos métodos adotados na administração pública estadual e municipal, direta ou indireta;

Considerando finalmente, o que dispõem os artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/64 e a resolução TC-155/91.

RESOLVE:

Art.1º Os órgãos e entidades públicas estadual e municipal, direta ou indireta, deverão dispor, em suas estruturas de apoio, de instalações de almoxarifado, que se encarregará da recepção, armazenagem, distribuição e controle de materiais, bem como de sistema de Controle do Patrimônio, que se responsabilizará pelo registro e controle dos bens e imóveis.

Art.2º A movimentação e controle de materiais, seja qual for a sua natureza e valor, deverão processar-se através da utilização dos modelos constantes dos ANEXOS I a VIII desta Resolução.

ANEXO I	- Requisição de Material
ANEXO II	- Ficha de Prateleira
ANEXO III	- Ficha de Controle Geral
ANEXO IV	- Termo de Responsabilidade
ANEXO V	- Termo de Baixa
ANEXO VI	- Inventário de Material de Consumo
ANEXO VII	- Inventário de Bens Móveis
ANEXO VIII	- Demonstração das Variações de Almoxarifado

Parágrafo único. Os anexos referidos neste artigo serão de formato compatível de modo a atender o procedimento de todos os seus campos.

Art.3º Semestralmente, os órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal deverão encaminhar ao Tribunal de Contas, acompanhadas de ofício individual e balancete do mês (janeiro e julho), as informações constantes no ANEXO VIII

Art.4º Os órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal que dispuserem de sistemas próprios, através de computação de dados, ou de manual idêntico ao adotado nesta Resolução, não estão obrigados a utilizar os modelos constantes do artigo 2º ficando, todavia, sujeito a enviar periodicamente as informações a que se refere o artigo anterior.

Art. 5º Aplicam-se, também, aos gestores de Fundos Especiais as disposições desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor, trinta dias após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, em Aracaju, 11 de julho de 1992.

ANEXO I

ITEM	CÓDIGO	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE		VALOR	
				PEDIDA	FORNECIDA	UNITÁRIO	GLOBAL

ANEXO II

RESOLUÇÃO Nº 160/92

FICHA DE PRATELEIRA

ORGÃO:

[illegible]

(1) – Estoque mínimo

(2) – Estoque máximo

ANEXO IV

RESOLUÇÃO Nº 160/92

TERMO DE RESPONSABILIDADE	NÚMERO
----------------------------------	---------------

ÓRGÃO:	Elemento	Nota Fiscal Nº
Setor de Localização:		

Local:		Procedência:			
Item	MATERIAL (Descrição)	Quantidade	Registro	Valor	
				Unitário	Total

COORDENADOR	Declaro pelo presente documento de responsabilidade, que recebi os materiais acima mencionados, obrigando-me pela sua boa conservação e restituição,
_____ DATA	_____ ASSINATURA
_____ DATA	_____ ASSINATURA
SETOR DE CONTABILIDADE	Secretaria de Administração
Declaro que os dados conferem com os do Processo nº _____	
_____ DATA	_____ ASSINATURA
_____ DATA	_____ ASSINATURA
Observações:	

ANEXO V

RESOLUÇÃO Nº 160/92

TERMO DE BAIXA	NÚMERO
----------------	--------

ÓRGÃO:	ELEMENTO
--------	----------

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	T.R.Nº	REGISTRO	VALOR
TOTAL.....				

MOTIVO DA BAIXA

AUTORIZO	VISTO
_____ DATA	_____ DATA Encarreg. Almoxarifado

ANEXO VI

RESOLUÇÃO Nº 160/92

INVENTÁRIO DO ALMOXARIFADO	FOLHA:
MATERIAL DE CONSUMO	

ÓRGÃO:

[illegible]

ANEXO VII

RESOLUÇÃO Nº 160/92

INVENTÁRIO DOS BENS IMÓVEIS		Nº							
ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ADMINISTRATIVA							
LOCALIZAÇÃO		CÓDIGO DO ELEMENTO							
ITEM	MATERIAL/ESPECIFICAÇÃO	REGISTRO	Nº de Termo de Responsabilidade	ORIGEM	Estado de Conservação	Quantidade	Valor Unitário		VALOR
							AQUISITIVO	ESTIMADO	
TOTAL..									
COMISSÃO		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				CONVENÇÃO			
_____, ____ de ____ de 19 ____						ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Presidente	Membro	Membro	DATA		Diretor	Ótimo.....O			
						Bom.....B			
						Recuperável.....R			
						Imprestável.....I			

ANEXO VIII

RESOLUÇÃO Nº 162/92

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE ALMOXARIFADO

ÓRGÃO:	MÊS:		EXERCÍCIO:			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO SEMESTRE ANTERIOR		MOVIMENTO DO SEMESTRE		SALDO PARA O SEMESTRE SEGUINTE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	ENTRADA	SAÍDA	QUANTIDADE	R\$

OBSERVAÇÕES:	RESPONSÁVEL:	VISTO:
---------------------	---------------------	---------------

Resolução nº 202, de 24 de maio de 2001

Dispõe sobre o controle dos subsídios dos Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, dos limites de suas respectivas diárias, dos limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, padroniza o método de contabilização dos recursos repassados à Câmara e das retenções realizadas nos seus pagamentos e dá providências correlatas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando as constantes dúvidas suscitadas pelos Administradores Públicos Municipais na interpretação da legislação pertinente aos subsídios dos Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais e dos limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, notadamente após a edição das Emendas Constitucionais nºs 19/1998 e 25/2000 à Carta Magna, e da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

RESOLVE:

Art. 1º No exame da legalidade da despesa com o subsídio dos Vereadores serão consideradas as seguintes normas:

I - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observando o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos nas respectivas Leis Orgânicas e os seguintes limites máximos:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

II - o subsídio deverá ser fixado antes das eleições municipais, mediante decreto legislativo, em moeda corrente, vedada qualquer vinculação à receita.

Parágrafo único. Será considerado como ato praticado com infração a norma legal, a não fixação dos subsídios referidos neste artigo, ou ainda sua fixação em desacordo com o estabelecido nesta Resolução, sujeitando o administrador ou responsável às sanções da lei.

Art. 2º A remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

§ 1º Para efeito desta Resolução, entende-se como remuneração dos Vereadores o valor correspondente ao montante dos subsídios dos Vereadores titulares e suplentes, quando em efetivo exercício da vereança.

§ 2º Consideram-se receita do Município as receitas orçamentárias, deduzidas as de convênios, empréstimos, financiamentos, alienações, recursos adicionais oriundos do FUNDEF (ganho com a redistribuição), programas do FNDE, *royalties* e quaisquer recursos cujas despesas sejam vinculadas ou tenham destinação específica.

§ 3º Não compõem a remuneração dos Vereadores as parcelas indenizatórias, decorrentes de diárias e sessões legislativas extraordinárias, estas realizadas em período de recesso parlamentar.

§ 4º As parcelas indenizatórias, referidas no parágrafo anterior, serão estabelecidas por resolução, observando-se os princípios constitucionais, especialmente os da legalidade, impessoalidade e moralidade.

§ 5º A parcela indenizatória, relativa a sessão legislativa extraordinária, a que se refere o § 3º, não poderá ser superior ao subsídio mensal dos Vereadores.

§ 6º Entende-se como subsídio mensal, para os efeitos do parágrafo anterior, a média dos doze últimos subsídios pagos.

Art. 3º Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Será considerado como ato praticado com infração a norma legal, a não fixação dos subsídios referidos neste artigo, ou ainda sua fixação em desacordo com o estabelecido nesta Resolução, sujeitando o administrador ou responsável às sanções da lei.

Art. 4º Os subsídios serão fixados em parcela única, sendo vedado qualquer acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 5º Poderão ser revistos, anualmente, mediante lei, observada a iniciativa privativa em cada caso, os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, sempre na mesma data e sem distinção de índices entre os subsídios e a remuneração dos servidores públicos municipais.

Art. 6º No cômputo do total da despesa com os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, será considerado o montante das despesas empenhadas e efetivamente pagas.

Art. 7º A apuração do montante anual dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, será efetuada de acordo com o estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, demais normas municipais e, ainda, no disposto nesta Resolução.

Art. 8º A despesa que exceder o limite estabelecido na legislação em vigor e expresso nesta Resolução será considerada ilegal, responsabilizando-se o seu ordenador, pelo necessário ressarcimento ao erário municipal.

Parágrafo único. Para efeito de imposição da responsabilidade pecuniária prevista neste artigo é ordenador e responsável:

I - o Prefeito Municipal, no caso de pagamento pela Tesouraria da Prefeitura;

II - o Presidente da Câmara Municipal, caso o pagamento tenha sido efetuado com recursos transferidos pelo Poder Executivo à referida Câmara.

Art. 9º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;

II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;

III - seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;

IV - cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

§ 4º De acordo com o § 1º deste artigo, consideram-se como integrantes da folha de pagamento os encargos sociais dela decorrentes, excluídos os gastos com inativos.

§ 5º Compreendem a receita tributária e as transferências, mencionadas no *caput* deste artigo:

I - o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

II - o Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

III - o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

IV - as Taxas;

V - as Contribuições de Melhoria;

VI - a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM;

VII - a cota-parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR;

VIII - a cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados referentes às Exportações - IPI Exportações;

IX - a cota-parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

X - a cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

XI - a cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

XII - a transferência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF; e

XIII - qualquer outra receita tributária ou transferência de impostos que sejam instituídas.

§ 6º No cômputo do total da despesa do Poder Legislativo e de sua folha de pagamento serão considerados os valores empenhados.

§ 7º Compõe o montante da despesa total do Poder Legislativo o valor referente às sessões legislativas extraordinárias, realizadas no período de recesso parlamentar.

§ 8º Integram o cômputo dos valores das receitas estabelecidas no *caput* deste artigo, aquelas oriundas da cobrança da dívida ativa, os juros, as multas e atualizações monetárias de tributos.

§ 9º O repasse de recursos ao Legislativo referente a valores devidos pelo Executivo, provenientes de exercícios anteriores, efetuados em decorrência de decisão judicial, não será computado no montante dos repasses realizados pelo Poder Executivo Municipal no exercício atual, nem, tampouco, incluída no cálculo dos limites mencionados neste artigo.

§ 10. A partir de primeiro de junho do corrente exercício, a Prefeitura deverá depositar em conta bancária específica da Câmara Municipal o repasse realizado para cobrir despesas com inativos.

§ 11. Entende-se como não integrante da receita da Câmara, para fins do disposto no § 1º deste artigo, o montante repassado para gastos com inativos.

§ 12. Compõe o montante da folha de pagamento da Câmara Municipal, para efeito do disposto no § 1º deste artigo, o valor referente à ajuda de custo concedida periodicamente aos Vereadores.

§ 13. Não compõe o montante da folha de pagamento da Câmara Municipal, para efeito do disposto no § 1º deste artigo, o valor referente às sessões legislativas extraordinárias, realizadas no período de recesso parlamentar, bem como as parcelas indenizatórias referentes a diárias.

§ 14. Os gastos com pensionistas, efetuados diretamente pela Câmara, serão custeados com os recursos repassados para cobrir despesas com inativos, não sendo computados nos limites estabelecidos neste artigo.

Art. 10. O valor da diária destinada a Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, a partir de primeiro de junho do corrente ano, não poderá ultrapassar os seguintes limites:

I - no caso de o deslocamento ocorrer dentro do Estado, vinte por cento do valor da diária fixada para Deputado Estadual em viagens a outras unidades da federação;

II - no caso de o deslocamento ocorrer para fora do Estado, cem por cento do valor da diária fixada para Deputado Estadual em viagens a outras unidades da federação;

Art. 11. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 13 da Constituição Estadual.

Art. 12. Fica estabelecido que a partir de primeiro de janeiro do ano de dois mil e dois:

I – as retenções de IRRF, ISS e de qualquer tributo de competência municipal, realizadas nos pagamentos da Câmara Municipal, deverão ser contabilizadas pela mesma como receita extraorçamentária e transferida à Prefeitura como despesa extraorçamentária;

II - até o dia vinte de cada mês deverá a Câmara Municipal enviar à Prefeitura cópia do balancete contábil referente ao mês anterior;

III - o repasse de recursos, feito pela Prefeitura à Câmara Municipal, será registrado extraorçamentariamente, tanto na Prefeitura como na Câmara Municipal;

Art. 13. Se os atos normativos que fixaram os subsídios, a que se referem os arts. 1º e 3º desta Resolução, para a legislatura de 2001 a 2004, estiverem com valores em desacordo com as normas vigentes, utilizar-se-á como parâmetro o seguinte:

I – caso os valores fixados sejam superiores aos limites da E. C. nº 25/2000 ou da Constituição Estadual, estes serão adequados às referidas normas;

II – na hipótese dos valores terem sido fixados em percentual, levar-se-á em consideração a média dos pagamentos dos subsídios referentes ao exercício financeiro de 2000, adequada aos limites da E. C. nº 25/2000 ou da Constituição Estadual.

Art. 14. Inexistindo atos normativos fixando os subsídios, para a legislatura de 2001 a 2004, aplicar-se-á a norma preexistente, observando-se os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art.13.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogadas as Resoluções nos 194, de 26 de outubro de 2000, 196, de 14 de dezembro de 2000 e 199, de 15 de fevereiro de 2001.

**Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE,
Aracaju, 24 de maio de 2001.**

Resolução Nº 203 de 20 de Setembro de 2001

Estabelece obrigatoriedade de apresentação de Certidão Negativa ou de Regularidade de Débito Fiscal, quando dos pagamentos de faturas relativas a obras ou serviços.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que cabe ao Tribunal de Contas do Estado normatizar, por meio de resolução, procedimentos uniformes a serem cumpridos pelos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios;

CONSIDERANDO que é de competência do Tribunal de Contas fiscalizar a regularidade dos pagamentos dos impostos referentes a contratos de obras e serviços de qualquer natureza, formalizados pela administração pública direta e indireta, previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar Estadual nº 04/90,

RESOLVE:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de Certidão Negativa ou de Regularidade do Imposto Sobre Serviços (I.S.S.), fornecida pelo órgão competente do Município onde são executadas as obras ou realizados os serviços, na forma estabelecida na Lei Complementar Federal nº 56, de 15.12.87, quando do pagamento das respectivas faturas.

Art. 2º A certidão a que se refere o artigo anterior integrará a documentação a ser remetida a este Tribunal para autuação ou para apresentação aos Técnicos desta Corte quando da realização de inspeção.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2.001.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Aracaju, 20 de Setembro de 2001.

Resolução Nº 206 de 1º de novembro de 2001

Dispõe sobre a implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, 67 e 72 da Constituição Estadual e demais normas legais, e dá providências correlatas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que o art. 31 da Constituição Federal estabelece que “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”;

CONSIDERANDO que o art. 70 da mesma Constituição estabelece que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno de cada Poder”;

CONSIDERANDO que o art. 74 da referida Carta Magna determina que “Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, Sistema de Controle Interno” e que a Constituição Estadual, nos seus artigos 67 e 72, reproduz, pela verticalidade, os mesmos princípios estabelecidos pela Constituição Maior;

CONSIDERANDO, ainda, que outras normas legais aplicadas à espécie, como a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - arts. 54, parágrafo único, e 59) e a Lei Complementar Estadual nº 04/90 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas - arts. 67, 68 e 69), também prevêem a instalação de Sistema de Controle Interno nos entes da Federação;

CONSIDERANDO, finalmente, que o art. 6º da Resolução nº 195/2000, deste Tribunal de Contas, dispõe que: “O Controle Interno de cada Poder e do Ministério Público, a que se referem os arts. 74 da Constituição Federal e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, respectivamente, deverá ser criado e/ou aprimorado, mediante adoção de procedimentos necessários ao exercício do controle exigido pela referida lei, disposto nos seus arts. 54, parágrafo único e 59”, e o parágrafo único do citado artigo que prevê: “A omissão do controle interno implicará responsabilidade solidária prevista no parágrafo 1º do art. 74 da Carta Magna”;

RESOLVE:

Art. 1º Os Poderes do Estado e dos Municípios que ainda não criaram o Sistema de Controle Interno, deverão fazê-lo até o dia 31 de dezembro de 2001, remetendo cópias dos atos respectivos a este Tribunal.

Art. 2º O Sistema de Controle Interno a que se refere o **caput** do artigo anterior, terá como finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos e programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, e dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. No apoio ao Controle Externo, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por meio dos órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer ainda as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas, programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer previstos no art. 31, III, da Lei Complementar Estadual nº 04/90;

III - determinar à autoridade administrativa competente que instaure tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas no art. 30, “caput”, da lei a que se refere o item anterior.

Art. 3º O sistema de controle interno dará apoio ao Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, na fiscalização do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000, especialmente no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos “limites”;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da lei complementar federal citada;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Art. 4º Os responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência imediata ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º Na comunicação ao Tribunal de Contas, o dirigente do órgão de controle interno indicará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º Verificadas em inspeção, auditoria, ou em julgamento, irregularidade ou ilegalidade que não tenha sido comunicada tempestivamente ao Tribunal, e provada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas para a espécie, na Lei Complementar nº 04/90.

Art. 5º Ficam isentas da apreciação pelo controle interno as contas do exercício de 2001, dos Poderes do Estado e dos Municípios que, na data da publicação desta Resolução, não tenham criado ainda tal sistema.

Art. 6º Aplicam-se às disposições contidas nesta Resolução ao Ministério Público Estadual.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2002.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Aracaju, 1º de novembro de 2001.

Resolução Nº 207 de 14 de novembro de 2001

Estabelece obrigatoriedade de apresentação de documento comprobatório da regularidade dos tributos, de competência do Município, do Estado e da União, quando do pagamento de faturas relativas a obras e serviços.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que cabe a esta Corte de Contas normatizar, por meio de resolução, procedimentos uniformes a serem cumpridos pelos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios;

CONSIDERANDO que é de competência do Tribunal de Contas fiscalizar a regularidade dos pagamentos dos impostos referentes a contratos de obras e serviços de qualquer natureza, formalizados pela administração pública direta e indireta, previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar Estadual nº 04/90,

RESOLVE:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de documento comprobatório da regularidade dos tributos de competência de Município, do Estado e da União, na forma estabelecida na legislação pertinente, fornecida pelo órgão competente, quando do pagamento das faturas relativas a obras e serviços.

Parágrafo único. Em se tratando de obras de construção civil, é obrigatória a comprovação do pagamento do imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS, relativamente à obra executada ou em execução.

Art. 2º O documento comprobatório referido no artigo anterior será remetido a este Tribunal para autuação, ou apresentação aos técnicos desta Corte quando da realização de inspeções, implicando a não comprovação, responsabilidade pessoal para o gestor que ordenou o pagamento da despesa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução Nº 203, de 20 de setembro de 2.001.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Aracaju, 14 de novembro de 2001.

Resolução nº 209, de 6 de dezembro de 2001.

Estabelece normas de controle da aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado e nos Municípios e institui mecanismos de comprovação da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando a necessidade de estabelecer normas de controle da aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Estado e Municípios, de que tratam os artigos 212 da Constituição Federal e 60 de suas Disposições Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96, e o art. 218 da Constituição Estadual;

Considerando as normas contidas na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 14/96 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério - FUNDEF, de natureza contábil (ADCT, art. 60, § 1º), não tendo personalidade jurídica;

Considerando que o FUNDEF é um conjunto de recursos reunidos para serem aplicados, exclusivamente, na manutenção do ensino fundamental;

Considerando a necessidade de definição de mecanismos e formas de comprovação da aplicação dos recursos do FUNDEF, aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo;

Considerando, o disposto no art. 11 da Lei Federal nº 9.424/96, segundo o qual "...os Tribunais de Contas da União, dos Estados e Municípios criarão mecanismos adequados à fiscalização do cumprimento pleno do disposto no artigo 212 da Constituição Federal...",

Considerando, ainda, a Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF, que estabeleceu os procedimentos contábeis para os recursos destinados e oriundos do FUNDEF;

RESOLVE:

Capítulo I
DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seção I

Dos Recursos Destinados à MDE

Art. 1º De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita estadual e municipal resultante de impostos, compreendida aquela proveniente de transferências, serão obrigatoriamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º Nos dez primeiros anos da promulgação da Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996, o Estado e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o "caput" deste artigo à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

§ 2º Para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Carta Magna, o Estado e os Municípios deverão observar os parâmetros específicos de ação supletiva, definidos na Constituição Estadual e/ou suas respectivas Leis Orgânicas, principalmente quanto ao mínimo estabelecido no diploma legal retrocitado.

§ 3º Integram o cômputo dos valores da receita Estadual ou Municipal, resultante de impostos, àqueles oriundos da cobrança da dívida ativa, os juros, as multas e atualizações monetárias de impostos.

Art. 2º As receitas e despesas oriundas da quota do salário-educação e quaisquer recursos suplementares, tais como subvenções, convênios e programas com destinação específica, bem como as receitas transferidas do FUNDEF, não comporão os recursos destinados a atingir o percentual mínimo estabelecido no Artigo anterior.

Art. 3º A quota do salário-educação, transferida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, será aplicada, exclusivamente, no financiamento de programas, projetos e ações destinadas ao incremento do ensino fundamental.

Art. 4º O Governo do Estado e as Prefeituras Municipais deverão manter, junto ao Banco do Estado de Sergipe ou em outra instituição bancária oficial, conta-corrente denominada de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

§ 1º A esta conta serão repassados pelo menos:

I - dez por cento do montante de recursos originários do Fundo de Participação do Estado e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM, da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação - ICMS, da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e das transferências a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações;

II - vinte e cinco por cento dos demais impostos e seus respectivos juros, multas e atualizações monetárias, assim como a receita oriunda da cobrança da dívida ativa e seus acréscimos e transferências constitucionais;

§ 2º Do valor da receita bruta dos impostos citados no § 1º, do Governo Estadual, serão deduzidos os montantes transferidos constitucionalmente para os Municípios.

§ 3º O repasse dos valores, referidos no § 1º, observará os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 4º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e a responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

§ 5º Este repasse será exclusivamente financeiro, sendo anexado o comprovante de transferência aos processos de pagamento.

§ 6º As receitas decorrentes das aplicações financeiras dos saldos da conta-corrente, citada no "caput" deste artigo, serão utilizadas na MDE.

Seção II

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

Art. 5º A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

a) a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, será oferecida em:

1. creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
2. pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade;

b) o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, terá como objetivo a formação básica do cidadão;

c) o ensino médio, etapa final da educação básica, terá duração mínima de três anos.

II - educação superior.

Art. 6º A educação escolar será oferecida nas seguintes modalidades:

I - Regular;

II - Educação de Jovens e Adultos;

III - Educação Profissional;

IV - Educação Especial.

Seção III

Da Área de Atuação do Estado e dos Municípios

Art. 7º A educação básica será oferecida da seguinte forma:

I - O Governo Estadual atuará prioritariamente no ensino fundamental e médio;

II - Os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas, plenamente, as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Seção IV

Despesas Consideradas como MDE

Art. 8º São consideradas como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino as que se destinam a:

I - remuneração e respectivos encargos sociais, bem como a qualificação e aperfeiçoamento de pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, inclusive quadras poliesportivas, bibliotecas e teatros anexos à unidade educacional, desde que, em função do ensino, compreendidas, nos respectivos projetos, as etapas arquitetônicas, descritiva, de construção e paisagística;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, visando, precipuamente, ao aprimoramento da qualidade e expansão do ensino público, a exemplo da apuração dos índices de evasão, aproveitamento e repetência escolar;

V - realização de atividades-meio, necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, que demonstrem insuficiência de recursos, quando, na localidade da residência do educando, houver falta de vagas ou insuficiente oferta de cursos regulares na rede pública;

VII - recursos destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que atendam às condições previstas pela Lei Federal nº 9.394/96, em seu art. 77, incisos I a IV;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar, extensivas aos professores, quando estritamente essenciais ao desempenho de suas funções;

IX - realização de concursos seletivos para provimento inicial na carreira do magistério e em atividades de apoio administrativo;

X - amortização e custeio de operações de crédito, destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo.

§ 1º As despesas relacionadas no presente artigo serão consideradas como aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino, exclusivamente no exercício em que forem pagas.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso VII deste artigo somente poderão ser concedidos a instituições legalmente reconhecidas como de utilidade pública e que atendam às seguintes exigências, além de outras estabelecidas em lei estadual ou municipal:

a) comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam, a qualquer título, parcelas de seu patrimônio;

b) apliquem seus excedentes financeiros em educação;

c) assegurem, em caso de cessação de suas atividades, a destinação de seu patrimônio a outra entidade da mesma natureza, desde que atenda a estes mesmos requisitos;

d) prestem contas, ao Poder Público, dos recursos recebidos.

Seção V

Despesas não Consideradas como MDE

Art. 9º Não são consideradas como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino ou que, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural, ou outras com fins lucrativos;

III - formação de quadros especiais para administração pública, sejam militares ou civis, a exemplo da contratação ou pagamento de milícias que auxiliem na segurança dos estabelecimentos educacionais, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, incluindo-se merenda escolar, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social, ressalvado o disposto no art. 8º, inciso VIII, desta Resolução;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar, direta ou indiretamente, a rede escolar, tais quais a pavimentação, esgotamento sanitário e iluminação de ruas em frente ou de acesso às escolas;

VI - investimentos não vinculados à unidade educacional, como construção de museu e quadra poliesportiva, e gastos com Rádio e TV Educativa, ainda que integrados à unidade de ensino, exceto o custeio da veiculação de programas educacionais;

VII - desapropriação de áreas de acesso às escolas;

VIII - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 10. As despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino serão registradas em projetos e/ou atividades específicos, alocados exclusivamente no órgão da Secretaria de Educação, na função Educação.

§ 1º Para apuração do valor aplicado na MDE, será considerada, exclusivamente, a despesa realizada com recursos da conta corrente prevista no art. 4º desta Resolução, devendo os comprovantes da mesma ser identificados com a aposição do carimbo "RECURSOS PRÓPRIOS".

§ 2º Para apuração do montante aplicado na MDE, quando a classificação funcional da despesa não identificar o nível de ensino, será computada aquela registrada nos Programas com a seguinte codificação:

I) 0133 – Desenvolvimento e Gestão da Educação Infantil, quando a seguir constar código de Projeto ou Atividade relacionado à educação infantil;

II) 0121 – Desenvolvimento e Gestão do Ensino Fundamental, quando a seguir constar código de Projeto ou Atividade relacionado ao ensino fundamental;

III) 0124 – Desenvolvimento e Gestão do Ensino Médio, quando a seguir constar código de Projeto ou Atividade relacionado ao ensino médio;

IV) 0130 – Desenvolvimento e Gestão da Educação Superior, quando a seguir constar código de Projeto ou Atividade relacionado à educação superior.

Art. 11. As despesas realizadas com recursos do salário-educação ou quaisquer recursos suplementares, tais como subvenções, convênios ou programas, com destinação exclusiva na manutenção e desenvolvimento do ensino serão identificadas através das seguintes fontes:

I – 022 – Salário Educação;

II – 025 – Convênios;

III – 026 – Outros Recursos Vinculados à MDE.

Parágrafo único. Os comprovantes de despesas, realizadas com os recursos mencionados no "caput" deste artigo, serão identificados com a aposição do carimbo "RECURSOS VINCULADOS".

Seção VII

Da Prestação de Contas

Art. 12. Cabe aos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, no âmbito de suas respectivas competências, prestar contas, anualmente, dos recursos aplicados na MDE, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Caso a competência legal de ordenar as despesas mencionadas neste Capítulo seja do Secretário de Educação, este realizará a devida Prestação de Contas, de acordo com o estipulado no "caput" deste artigo.

I - A competência legal, a que se refere o parágrafo acima, deverá ser publicada em órgão oficial de imprensa e remetida cópia a este Tribunal até o último dia do mês subsequente, devendo o aludido Secretário enviar, no prazo fixado por esta Corte, as informações e demonstrativos contábeis, em separado, da respectiva Prefeitura ou do Governo Estadual.

Art. 13. Até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, serão publicados, junto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Poder Executivo, demonstrativos das receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, destacando-se aquelas realizadas com o ensino fundamental à conta do FUNDEF, através dos seguintes Anexos desta Resolução:

I – Anexos I e III, para o Governo do Estado;

II – Anexos II e III, para as Prefeituras Municipais.

Parágrafo único. A publicidade dos Anexos I e III, referentes ao Governo Estadual, será efetuada pela Secretaria de Educação.

Art. 14. A comprovação anual da aplicação do percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino, assim como a destinação de sessenta por cento para o ensino fundamental, conforme estabelecido no art. 1º, § 1º, desta Resolução, far-se-á, também, através do preenchimento do Anexo I ou II desta Resolução, que deverá ser remetido junto às Prestações de Contas Anuais do Estado e dos Municípios, respectivamente.

§ 1º A aplicação dos percentuais mínimos obrigatórios deverá ser efetuada dentro do exercício financeiro a que se referem os recursos, não se admitindo a sua compensação nos exercícios subsequentes.

§ 2º Na análise da referida Prestação de Contas, caso seja detectada ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, será instaurada Tomada de Contas Especial na forma da legislação vigente.

Capítulo II

DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

Seção I

Dos Registros dos Recursos Destinados e Oriundos do FUNDEF

Art 15. Os registros dos recursos destinados e oriundos do FUNDEF serão efetuados de acordo com o estabelecido na Portaria nº 328, de 27/08/01, da STN/MF, onde:

I - As receitas relativas ao FPE ou FPM, ICMS, IPI e Desoneração das Exportações (L.C. nº 87/96) deverão ser contabilizadas pelo valor bruto, sem qualquer dedução;

II - Os quinze por cento retidos automaticamente das transferências citadas no caput deste artigo, serão registrados na conta contábil retificadora da receita orçamentária, criada especificamente para este fim, cuja conta terá o mesmo código da classificação orçamentária, com o primeiro dígito substituído pelo número 9. Neste caso, as classificações de receita 1721.01.00 e 1722.01.01 terão como contas retificadoras as contas contábeis números 9721.01.00 e 9722.01.00 – Dedução de Receita para Formação do FUNDEF, devendo aplicar esta regra de criação de contas retificadoras para as demais receitas;

III – Os valores do FUNDEF repassados ao Estado e Municípios deverão ser registrados no código de receita 1724.01.00 – Transferência de Recursos do FUNDEF;

IV – Quando constar do montante creditado na conta do FUNDEF, parcela de complementação de seu valor, o mesmo deverá ser registrado destacadamente na conta 1724.02.00 - Transferência de Recursos da Complementação ao FUNDEF.

Seção II

Do Registro das receitas de indenizações e restituições, das Retenções e Rendimento de Aplicações Financeiras do FUNDEF

Art. 16. As receitas de indenizações e restituições retidas nos pagamentos com recursos do FUNDEF serão registradas nas seguintes contas:

I - 1921.09.01 – Indenizações para o FUNDEF;

II - 1922.09.01 – Restituições para o FUNDEF.

Art. 17. Os rendimentos provenientes de aplicações financeiras de recursos recebidos do FUNDEF serão registrados na conta nº 1325.01.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras do FUNDEF.

Art. 18. As retenções decorrentes de depósitos e/ou consignações relativas ao FUNDEF serão vinculadas à conta 221.12 – Depósitos e/ou Consignações do FUNDEF, do Elenco de Contas-Padrão deste Tribunal.

Seção III

Dos Registros das Despesas com recursos do FUNDEF

Art. 19. As despesas relativas à aplicação dos recursos do FUNDEF serão identificadas através:

I – das fontes 002, 003, 004 e 005, pelo Governo do Estado;

II - da fonte nº 003 – FUNDEF, pelo Governo Municipal.

§ 1º Para identificação do percentual mínimo dos recursos do FUNDEF, aplicado na remuneração dos profissionais do magistério no ensino fundamental, será computada, exclusivamente, a despesa registrada na atividade 299 - Remuneração dos Profissionais do Magistério no Ensino Fundamental com recursos do FUNDEF.

§ 2º Os comprovantes de despesas realizadas com recursos do FUNDEF serão identificados com a aposição do carimbo “FUNDEF”.

Art. 20. As folhas de pagamento dos servidores do ensino fundamental, cujos desembolsos sejam custeados à conta dos recursos do FUNDEF, deverão discriminar a lotação por unidade escolar e a atividade por cada um exercida, da seguinte forma:

I – profissionais do magistério;

II - técnicos-administrativos.

Seção IV

Da Aplicação dos Recursos do FUNDEF

Art. 21. Os recursos creditados na conta específica do FUNDEF somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério.

§ 1º As receitas provenientes de aplicações financeiras do saldo da conta do FUNDEF em operações financeiras de curto prazo ou em operações de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, junto à instituição financeira depositária dos recursos, serão aplicadas nas mesmas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, bem como no art. 22 desta Resolução.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos do FUNDEF como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelas respectivas esferas governamentais, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.

Art. 22. É obrigatória a aplicação de, no mínimo, sessenta por cento das receitas do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, incluindo os seus encargos sociais.

Parágrafo único. Os profissionais mencionados no “caput” deste artigo referem-se aos que exercem atividades de docência e aos que oferecem suporte pedagógico, incluídas as atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Art. 23. Os quarenta por cento restantes, no máximo, serão destinados, exclusivamente, àquelas despesas elencadas no art. 8º, inciso I, especificamente para os técnicos-administrativos e nos incisos II a VI, VIII, IX e X, desta Resolução, desde que integralmente voltadas ao ensino fundamental público.

Art. 24. Poderão ser aplicados os recursos do FUNDEF, nas modalidades de educação previstas no art. 6º, desta Resolução, exclusivamente no ensino fundamental público.

Art. 25. A despesa com a qualificação e aperfeiçoamento de pessoal docente, demais profissionais da educação e técnicos-administrativos, do ensino fundamental público, poderá ser custeada com os recursos do FUNDEF, todavia não será computada no montante aplicado na remuneração dos profissionais do magistério no ensino fundamental.

Art. 26. Aplicam-se também ao FUNDEF as disposições constantes do art. 9º desta Resolução.

Seção V

Dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF

Art. 27. O acompanhamento e controle social, sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDO, serão exercidos, junto aos respectivos Governos Estadual e Municipais, por Conselhos a serem instituídos de acordo com a norma de cada esfera para esse fim.

§ 1º O Conselho mencionado neste artigo será integrado:

I - no Estado, por no mínimo sete membros, representando respectivamente:

- a) o Poder Executivo Estadual;
- b) os Poderes Executivos Municipais;
- c) o Conselho Estadual de Educação;

- d) os pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental;
e) a seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação -
UNDIME;
f) a seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -
CNTE;
g) a delegacia regional do Ministério da Educação e do Desporto - MEC;
II - nos Municípios, por no mínimo quatro membros, representando
respectivamente:
a) a Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;
b) os professores e os diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
c) os pais de alunos;
d) os servidores das escolas públicas do ensino fundamental.

§ 2º Os Conselhos de que trata este artigo não serão dotados de estrutura administrativa, nem tampouco seus membros serão remunerados, a qualquer título, pelo exercício de suas funções dentro do respectivo colegiado.

§ 3º Não compete aos Conselhos ou a seus membros gerir recursos financeiros ou apropriar-se dos mesmos.

Seção VI ***Da Comprovação da Aplicação dos Recursos do FUNDEF***

Art. 28. Mensalmente, deverá ser elaborado e apresentado, pelos Governos Estadual e Municipais, aos respectivos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, demonstrativo gerencial, de acordo com o Anexo III, desta Resolução, na data prevista na norma de sua criação ou, na ausência desta, na data em que são remetidas as informações mensais, prevista em resolução.

Art. 29. As cópias dos comprovantes de despesas pagas com recursos do FUNDEF deverão ser arquivadas em pastas específicas, juntamente com cópias do demonstrativo gerencial do FUNDEF, do extrato, do razão e da conciliação da conta bancária.

Art. 30. A cópia do Demonstrativo Gerencial do FUNDEF, referente ao mês de dezembro, será encaminhada a este Tribunal, junto à Prestação de Contas Anual do Estado e a de cada Município, após análise prévia do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF e emissão do respectivo parecer sobre a regularidade de acompanhamento das contas, assinado pelos seus membros.

Art. 31. A comprovação anual da aplicação de, no mínimo, sessenta por cento dos recursos do FUNDEF, na remuneração dos profissionais do magistério, em exercício de suas atividades no ensino fundamental, terá por base o valor empenhado e pago.

Capítulo III **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 32. As receitas de Dívida Ativa, oriunda de impostos, serão registradas nas seguintes contas:

- I – 1931.00.03 – Receita da Dívida Ativa de Impostos – IPVA;
II – 1931.00.08 – Receita da Dívida Ativa de Impostos – ICMS;
III – 1931.00.09 - Receita da Dívida Ativa de Outros Impostos.

Art. 33. As receitas de Multas e Juros de Mora, oriundas de impostos, serão registradas nas seguintes contas:

- I – 1911.00.03 – Multas e Juros de Mora do IPVA;
- II – 1911.00.08 – Multas e Juros de Mora do ICMS;
- III – 1911.00.09 – Multas e Juros de Mora de Outros Impostos;
- IV – 1911.00.16 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA;
- V – 1911.00.19 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS;
- VI – 1911.00.21 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Impostos.

Art. 34. As receitas de Atualizações Monetárias, oriundas de impostos, serão registradas nas seguintes contas:

- I – 1990.08.03 – Atualização Monetária do ICMS;
- II – 1990.08.08 – Atualização Monetária do IPVA;
- III – 1990.08.09 – Atualização Monetária de Outros Impostos;
- IV – 1990.08.16 – Atualização Monetária da Dívida Ativa do ICMS;
- V – 1990.08.19 – Atualização Monetária da Dívida Ativa do IPVA;
- VI – 1990.08.21 – Atualização Monetária da Dívida Ativa de Outros Impostos.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 36. Ficam revogadas as Resoluções nºs 192, de 10 de agosto de 2000 e 193, de 6 de setembro de 2000.

**Sala das Sessões do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE,
Aracaju, em 6 de dezembro de 2001.**

Anexo I

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

(Art. 212 da Constituição Federal e art. 60 do ADCT)

Período - _____

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	VALOR
IPVA ⁽¹⁾	
ITCD	
ICMS ⁽¹⁾	
Cota-Parte do FPE ⁽¹⁾	
Cota-Parte do IPI-Exportação ⁽¹⁾	
Desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/96)	
IRRF	
Receita da Dívida Ativa do ICMS ⁽¹⁾	
Receita da Dívida Ativa do IPVA ⁽¹⁾	
Receita da Dívida Ativa dos demais Impostos	
Multas, Juros e Atualização Monetária do ICMS ⁽¹⁾ , inclusive de sua Dívida Ativa	
Multas, Juros e Atualização Monetária do IPVA ⁽¹⁾ , inclusive de sua Dívida Ativa	
Multas, Juros e Atualização Monetária dos demais Impostos, inclusive de sua Dívida Ativa	
Outras Receitas Resultantes de Impostos (a especificar)	
TOTAL (A)	

DESPESA ORÇAMENTÁRIA PAGA	VALOR
Educação Infantil - com recursos próprios (B)	
Ensino Fundamental - com recursos próprios (C)	
Ensino Fundamental - com recursos do FUNDEF (D)	
Outros Níveis de Ensino - com recursos próprios (E)	
TOTAL (F=B+C+D+E)	

RESTOS A PAGAR QUITADOS	VALOR
Educação Infantil - com recursos próprios (G)	
Ensino Fundamental - com recursos próprios (H)	
Ensino Fundamental - com recursos FUNDEF (I)	
Outros Níveis de Ensino - com recursos próprios (J)	
TOTAL (K=G+H+I+J)	

AJUSTE ⁽²⁾	VALOR
Despesas pagas com recursos do FUNDEF (L=D+I)	
Valor transferido do FUNDEF (Receitas 1724.01.00 + 1724.02.00) (M)	
Contribuição p/ formação do FUNDEF (15% do FPE, ICMS, IPI e Deson. do ICMS) (N)	
Despesas pagas com o ganho do FUNDEF no período ⁽³⁾ (O=L-N-Q)	
Perda com a redistribuição do FUNDEF ⁽⁴⁾ (P=M-N)	
Despesas pagas com saldo do exercício anterior ⁽⁵⁾ (Q=L-M)	
TOTAL (R=O+P+Q)	

APURAÇÃO	
Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (S=F+K-R)	
Recursos aplicados no Ensino Fundamental (T=C+D+H+I-R)	
Percentual dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolv. do Ensino (U=S÷A x 100)	
Percentual dos recursos aplicados no Ensino Fundamental (V=T÷(A x 25%) x 100)	

(1) Já descontados os valores referentes à repartição tributária e legal para os Municípios;

(2) Este quadro apura as despesas pagas com o ganho, a perda com a redistribuição e as despesas pagas com saldo de exercício anterior;

(3) Só preencher se o resultado for positivo e se (L)>(N) e (M)>(N);

(4) Só preencher se o resultado for negativo;

(5) Só preencher se o resultado for positivo e se (L)>(N).

Local e data

Nome e assinatura do Responsável

Anexo II

PREFEITURA MUNICIPAL _____

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
(Art. 212 da Constituição Federal, art. 60 do ADCT e inciso V, art. 11, da Lei nº 9.394/96)

Período - _____

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	VALOR
IPTU	
ITBI	
ISS	
Cota-Parte do FPM	
Cota-Parte do IPI-Exportação	
Cota-Parte do ITR	
Cota-Parte do ICMS	
Cota-Parte do IPVA	
Desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/96)	
IRRF	
Receita da Dívida Ativa de Impostos	
Multas, Juros e Atualização Monetária dos Impostos, inclusive da Dívida Ativa	
Outras Receitas Resultantes de Impostos (a especificar)	
TOTAL (A)	

DESPESA ORÇAMENTÁRIA PAGA	VALOR
Educação Infantil – com recursos próprios (B)	
Ensino Fundamental - com recursos próprios (C)	
Ensino Fundamental - com recursos do FUNDEF (D)	
Outros Níveis de Ensino – com recursos próprios (E)	
TOTAL (F=B+C+D+E)	

RESTOS A PAGAR QUITADOS	VALOR
Educação Infantil – com recursos próprios (G)	
Ensino Fundamental – com recursos próprios (H)	
Ensino Fundamental - com recursos do FUNDEF (I)	
Outros Níveis de Ensino – com recursos próprios (J)	
TOTAL (K=G+H+I+J)	

AJUSTE ⁽¹⁾	VALOR
Despesas pagas com recursos do FUNDEF (L=D+I)	
Valor transferido do FUNDEF (Receitas 1724.01.00 + 1724.02.00) (M)	
Contribuição p/ formação do FUNDEF (15% do FPM, ICMS, IPI e Deson. do ICMS) (N)	
Despesas pagas com o ganho do FUNDEF no período ⁽²⁾ (O=L-N-Q)	
Perda com a redistribuição do FUNDEF ⁽³⁾ (P=M-N)	
Despesas pagas com saldo do exercício anterior ⁽⁴⁾ (Q=L-M)	
TOTAL (R=O+P+Q)	

APURAÇÃO	
Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Primordial (S=F-E+K-J-R)	
Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Total (T=F+K-R)	
Recursos aplicados no Ensino Fundamental (U=C+D+H+I-R)	
% dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Primordial (V=S÷A×100)	
% dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Total (W=T÷A×100)	
% dos recursos aplicados no Ensino Fundamental (X=U÷(A×25%)×100)	

(1) Este quadro apura as despesas pagas com o ganho, a perda com a redistribuição e as despesas pagas com saldo de exercício anterior;

(2) Só preencher se o resultado for positivo e se (L)>(N) e (M)>(N);

(3) Só preencher se o resultado for negativo;

(4) Só preencher se o resultado for positivo e se (L)>(N).

Local e data _____

Nome e assinatura do Responsável _____

Anexo III

Órgão _____

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DO FUNDEF
(Art. 5º da Lei nº 9.424/96)Nº da conta do FUNDEF no Banco do Brasil _____
Nome da agência _____Código da agência _____
Período _____

Saldo disponível na conta corrente no ano anterior conforme registro contábil _____

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Recursos transferidos à conta corrente		
Rendimento de aplicações financeiras		
TOTAL		(A)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA PAGA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Remuneração de profissionais do magistério do Ensino Fundamental		(B)
Salário ou vencimentos brutos		
Encargos Patronais		
Outras (especificar)		
Remuneração dos demais servidores do Ensino Fundamental		
Salário ou vencimentos brutos		
Encargos Patronais		
Outras (especificar)		
Diárias		
Material de consumo		
Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física ou jurídica		
Aquisição de equipamentos e material permanente		
Ampliação da rede física		
Outros (especificar)		
TOTAL		

OUTROS PAGAMENTOS	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Restos a pagar quitados referentes à remuneração de profissionais do magistério		(C)
Restos a pagar quitados referentes a outros gastos		
Recolhimento de valores retidos		
TOTAL		

OUTROS RECEBIMENTOS	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Retenções e consignações a recolher (INSS e etc.)		
Indenizações e restituições de despesa		
TOTAL		

Saldo atual disponível na conta corrente conforme registro contábil _____

APURAÇÃO ANUAL

Percentual dos recursos aplicados no pagamento de professores do ensino fundamental $((B+C) \div A \times 100)$ _____

INFORMAÇÃO	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Contribuição p/ formação do FUNDEF (15% - FPE/FPM, ICMS, IPI e Deson. do ICMS)		

Local e data _____

Nome e assinatura do Responsável _____



PERÍODO DE:				Emissão:
Placa/Marca do Veículo:				Nota Fiscal:
Secretária:				Nº. De Empenho :
Tipo Combustível:				Página:

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM AÇÕES E
SERVIÇOS DE SAÚDE

PERÍODO -

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	VALOR
IPTU	
ISS	
ITBI	
IRRF	
Cota-Parte do FPM	
Cota-Parte do IPI - Exportação	
Cota-Parte do ITR	
Transferência Financeira (Lei Complementar nº 87/96)	
Cota-Parte do ICMS	
Cota-Parte do IPVA	
Multas e Juros de Mora dos Impostos	
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	
TOTAL (A)	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	VALOR
Despesa orçamentária paga com recursos próprios	
Restos a Pagar quitados com recursos próprios	
TOTAL (B)	

PERCENTUAL APLICADO NO PERÍODO (B: A x 100)	
--	--

Prefeitura Municipal de , de de

PREFEITO MUNICIPAL

TABELA PROGRESSIVA DE APURAÇÃO DOS GASTOS MÍNIMOS		
Exercício	% Mínimo Exigido *	% Aplicado
2000	7%	

* Preencher o percentual mínimo de acordo com o art. 13.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS EM PESSOAL

PERÍODO: A DE DE

RECEITA ORÇAMENTARIA ARRECADADA	Valor no Mês (R\$)	Valor Acumulado (R\$)
IPTU		
ISS		
ITBI		
IRRF		
Outras Receitas Tributárias		
Receitas de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Transferências Correntes		
Outras Receitas Correntes		
Multas e Juros de Mora dos Impostos		
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos		
TOTAL (A)		

DESPESAS COM PESSOAL	Valor no Mês (R\$)	Valor Acumulado (R\$)
Remuneração de Pessoal		
Remuneração de Pessoal Contratado		
Férias		
13º Salário		
Obrigações Patronais		
TOTAL (B)		

PERCENTUAL APLICADO NO PERÍODO (B: A x 100		
---	--	--

Prefeitura Municipal de , de de

PREFEITO MUNICIPAL